



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(Tradução)

## Interpeação Escrita

De acordo como os dados disponíveis na Assembleia Legislativa (quadro I), na 1.<sup>a</sup> sessão da 5.<sup>a</sup> Legislatura (de 16 de Outubro de 2013 a 15 de Outubro de 2014) os deputados apresentaram 685 interpeações escritas (n.º 4/V/2013 a n.º 1238/V/2014), e até 29 de Dezembro de 2014, ainda não tinha sido dado resposta a 6 interpeações escritas. O Governo respondeu a 679 interpeações escritas, a entre as quais 247, ou seja 36,6%, no prazo de 30 dias estipulado no artigo 13.º da Resolução n.º 3/2009 da Assembleia Legislativa – “O Governo deve responder, por escrito, no prazo de trinta dias a contar da data da recepção do requerimento pelo Chefe do Executivo”, enquanto em relação a 432 delas, ou seja 63,07%, aquele prazo foi excedido. Estes resultados demonstram que é baixa a taxa de resposta do Governo às interpeações escritas no prazo estipulado na lei, o que significa que os serviços competentes não conseguem dar resposta atempada nem à população nem aos deputados. Os deputados são a ponte entre o Governo e a população, são os seus representantes e são eles que lhe dão voz, portanto, se os serviços competentes se atrasam nas respostas às interpeações escritas, os problemas da população não só não conseguem ser atempadamente resolvidos, como podem ainda agravar-se. Académicos, especialistas e a



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(Tradução)

população referiram ainda que os serviços competentes não só demoram muito tempo a dar resposta às interpelações escritas como também não respondem devidamente às questões colocadas, portanto, existem grandes discrepâncias entre os anseios da população e dos deputados e as respostas. Se os serviços competentes nem conseguem responder atempadamente e as respostas não correspondem às perguntas, como é que conseguirão resolver de forma eficaz os problemas da população nos termos da lei! Este problema deve-se a falta de capacidade ou a inércia de alguns dirigentes?

**Quadro comparativo das respostas do Governo às interpelações escritas dos deputados (Quadro I)**

(1.ª sessão da V Legislatura da Assembleia Legislativa – de 16 de Outubro de 2013 a 15 de Outubro de 2014)

	Interpelações escritas (1.ª sessão)	Percentagem
Respostas dadas no prazo de 30 dias, nos termos da lei	247	36,06%
Respostas dadas fora do prazo	432	63,07%



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(Tradução)

Sem resposta	6	0,87%
Total	685	100%

Fonte: <http://www.al.gov.mo/interpelacao/05/2014/list2014-p.htm>

Os novos titulares dos principais cargos da RAEM já tomaram posse, portanto, os serviços competentes devem assumir uma atitude de responsabilidade, devem preocupar-se com os problemas da população e, através dos deputados, que são a ponte entre o Governo e a população, reforçar o diálogo, com vista a resolver os problemas mais prementes para a vida da população. O Governo vai fazê-lo?

Nestes termos, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Académicos, especialistas e a população são de opinião que o Governo deve preocupar-se e resolver os problemas da população. Contudo, só foram dadas respostas no prazo de 30 dias a 36,06% das interpelações escritas apresentadas pelos deputados, portanto, se até nestas respostas o Governo se atrasa, como é que vai demonstrar que está preocupado com os problemas da população? Os novos titulares dos principais cargos do Governo já tomaram posse, portanto, os serviços competentes devem implementar medidas concretas, com



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(Tradução)

vista a conseguirem responder às interpelações escritas dos deputados no prazo estipulado na lei. Vão fazê-lo? E vão dá-las a conhecer à população?

2. Académicos, especialistas e a população referiram que os serviços competentes não só ultrapassam o tempo estipulado para dar resposta às interpelações escritas, como não respondem devidamente às questões colocadas, portanto, existem grandes discrepâncias entre os anseios da população e dos deputados e essas respostas. Se os serviços competentes nem as respostas às interpelações escritas conseguem dar a tempo e as respostas não correspondem às perguntas, então, também não vão conseguir resolver de forma eficaz os problemas da população, nos termos da lei. Este problema deve-se a falta de capacidade ou a inércia de alguns dirigentes? O novo Governo tem planos para alterar este mau hábito? Espero que este assunto seja alvo de esclarecimentos junto da população.

O Deputado à Assembleia Legislativa da  
Região Administrativa Especial de Macau

**Mak Soi Kun**

6 de Janeiro de 2015